

ENTRE O DISCURSO DA RAÇA E O DE POPULAÇÃO

Simonsen e o operário feliz e organizado

Fábio Maza*

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender o deslocamento, no interior da obra de Roberto Simonsen, do conceito de raça para o de população como fator econômico. Trataremos de observar como Simonsen pensava a escravidão e o papel econômico a que reduzia o escravo. Por fim, a construção de um operariado despolitizado e organizado pelos métodos da ciência, consubstanciando a transmutação da população em trabalhador coletivo disciplinado.

Palavras-chaves: Raça, população, escravo, técnicos e operários.

ABSTRACT

The objective of this article is to understand the displacement, in the interior of the workmanship of Roberto Simonsen, of the concept of race for the one of population as an economic factor. We will observe as Simonsen thought the slavery and the economic role that the one reduced the slave. Finally, the construction of an apolitical work force, organized by the scientific methods, reinforcing the transmutation of population into a disciplined collective worker.

Keywords: Race, Population, Slave, Technician, Laborers.

* Professor Assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Rua Risoleta Rodrigues Brito, 232

Na introdução de *História Econômica do Brasil*, Afrânio Peixoto regozija-se por Simonsen ter constatado, através de apurados cálculos, que a importação de escravos africanos foi inferior àquilo que comumente se pensava. Diante dos dados que mostravam ser em número de quatro milhões de almas que haviam entrado no Brasil, desde o início da colonização, e não os 15 milhões que se imaginava, o criador da expressão *mascavo humano* assim sentenciava: “Somos menos ‘pretos’ do que nos disseram...” (Simonsen, 1978: 14). Tal constatação servia muito bem aos que defendiam a tese do branqueamento, e o fato de haver menos “pretos” no Brasil reforçava a idéia de que em algumas gerações o país estaria revigorado pela presença de uma população branca, fosse ela de origem migratória ou do apuramento através de mistura das raças ditas inferiores com as superiores.

O problema racial foi um tema central no pensamento social brasileiro até os anos trinta. Todos os intelectuais que procuraram “compreender as peculiaridades da sociedade brasileira... se defrontaram com a problemática racial” (Ianni, 1996: 115). O centro do debate girava, para uns, em torno de como promover a metamorfose das “raças e mestiços em povo”. Ou ainda, para outros, como “transformar as raças e mestiços em uma população de trabalhadores” (Idem, *Ibidem*). As respostas a estas perguntas estavam contidas em uma série de teorias raciais importadas da Europa e, que sobre a pretensão de serem científicas, exorcizavam as raças que consideravam inferiores elegendo os brancos como a raça capaz de criar e sustentar um processo civilizador. As origens mais remotas deste pensamento racial, no seio da inteligência brasileira, são de difícil exposição no espaço reduzido deste artigo. Para uma exposição deste tema teríamos de passar por diversos autores estrangeiros que deitaram influência sobre o solo nacional, como também por autores brasileiros e as leituras que faziam das teorias raciais vigentes na Europa e Estados Unidos. Por ora, contentamo-nos em apenas, resumidamente, fazer algumas considerações no que consistia o debate racial nos primeiros anos do século XX, para que possamos, posteriormente, analisar com mais detalhes esta questão no pensamento de Simonsen.

Segundo Ianni, as “raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais” (Idem: 120).

Este conceito nos é bastante útil, pois permite-nos olhar a efetividade das raças nos cenários históricos e sociais. Assim, para Guimarães, “raça” é um “conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural” (Guimarães, 1999: 9). Para este autor, o conceito “denota tão-somente uma forma de classificação social... informada por uma noção específica de natureza” (Idem, *ibidem*). Afirma que a “realidade das raças limita-se... ao mundo social”. O conceito de raça visto como uma “classificação social” não desconsidera sua efetividade com “realidade social plena”, e combater o preconceito racial só é possível se reconhecermos a realidade social criada pelo ato de nomear e classificar. Resumindo, Guimarães acredita que o estudo de cada caso de racismo implica no reconhecimento das teorias e ideologias que sustentam a desigualdade social e racial.

Sendo o conceito de raça visto como histórico e, por isto, não natural, possuindo uma efetividade por se tratar de uma classificação de plena existência na realidade social, convém então vermos como se deu no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a colocação do conceito de raça. Para Skidmore, raça era entendida em sentido biológico. Muitos intelectuais defendiam a vinda de imigrantes brancos, que entre outras coisas, possibilitariam, através da mistura, o “branqueamento” do Brasil. Além do dado geográfico-populacional, havia o componente biológico da mistura dos sangues.

Mas não poderíamos analisar o pensamento racial brasileiro apenas por esse aspecto biológico. Seus componentes eram mais complexos e exige uma maior aproximação. O mesmo Skidmore inicialmente relaciona estratificação social e cor. Para o autor americano, “a classificação social tinha muito a ver com a cor...” (Skidmore, 1989: 55). O Brasil possuía um “complexo sistema de classificação social”, diferente do biracial dos Estados Unidos. Apresenta, então, os elementos desta complexa classificação:

A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável status da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos. (Skidmore, 1989: 55)

Há, entretanto, um conceito central no pensamento racial brasileiro e que não pode deixar de ser tratado nesta apresentação concisa da questão racial brasileira. Trata-se da idéia do “embranquecimento”. A teoria do “branqueamento” produzida no Brasil foi aceita por vasta parcela das elites brasileiras. Produzida em um país onde a maioria da população era composta por negros, mestiços e índios, as elites locais tinham nela uma caução às suas pretensões de civilizar o país. Segundo Skdimore, os republicanos acreditavam piamente na necessidade de importar imigrantes para o Brasil e como isto promover a economia brasileira. Já os fazendeiros, com seu pragmatismo de homens de negócios, queriam imigrantes principalmente para o trabalho na lavoura, sendo sua “contribuição étnica para população brasileira” bem-vinda, mas como “subproduto” (Idem: 156).

A tese do “branqueamento” representava um dilema intelectual das elites brasileiras voltadas com suas mentes para a Europa, mas tendo de viver com os pés em um país de negros e mestiços. Convém aqui descrever as palavras de Guimarães que são exemplares para compreender este dilema:

A idéia de ‘embranquecimento’ foi elaborada por um orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi, antes de tudo uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX (Guimarães, 1999:50).

Esta tese irá sofrer seus primeiros golpes diante da aparição das obras de Alberto Torres e Manoel Bonfim e de um novo nacionalismo que começa a ser gestado com o movimento sanitarista do final da década de 1910. Será nos anos trinta, com as contribuições de Gilberto Freire, que cederá espaço a uma outra formulação, a da “democracia racial”.

1 - RAÇA E POPULAÇÃO NO PENSAMENTO DE SIMONSEN

Quem se debruça sobre a obra de Simonsen pergunta-se sobre o “silêncio” existente em relação ao tema racial. A impressão que se tem é que ele frequenta os textos do autor de maneira rebarbativa, não constituindo assunto central em seu pensamento. Em várias oportunidades Simonsen repete uma série de idéias genéricas, comuns ao seu tempo, não apresentando nenhuma sistematização mais conseqüente. Não obstante, se acreditarmos que os termos utilizados por várias correntes do pensamento refletem uma preocupação social, então poderemos perceber o pensamento de Simonsen dentro de uma perspectiva de se constituir uma unidade racial ou populacional, visando a construção de uma nação.

Em sua *História Econômica do Brasil*, tratando do problema da colonização nos Estados Unidos, Simonsen afirma que a zona temperada deste país teria contribuído para “evolução biológica” dos imigrantes europeus, “*mesmo sem cruzamento*” (Simonsen, 1978:33 – grifo nosso). Para o autor, o “meio físico em tudo facilitava” a vida do imigrante nos Estados Unidos, enquanto o Brasil constituía-se em um “meio pouco atraente ao elemento europeu” (Idem, *ibidem*).

Duas conseqüências podem ser extraídas das afirmações acima descritas. A primeira delas refere-se ao tema do determinismo geográfico. A segunda inferência é a que nos interessa neste artigo. Ao afirmar que houvera uma melhoria na evolução européia nos Estados Unidos, “sem cruzamento”, podemos deduzir que ele esposava algumas das teorias raciais que sustentavam a miscigenação como forma de fortalecimento racial para o enfrentamento dos climas inóspitos dos trópicos. Como exemplo podemos citar Silvio Romero, que acreditava ser a miscigenação o centro da história brasileira. Ou ainda, se quisermos um exemplo às avessas, podemos falar de Nina Rodrigues que contradizia “frontalmente a opinião geral de que a miscigenação havia ajudado a raça branca a adaptar-se e a sobreviver no Norte tropical do Brasil”. (Skidmore, 1989:77). Voltaremos mais à frente a falar sobre esta tese e de como se apresentava no pensamento de Simonsen.

Assim, podemos achar outras considerações de ordem racial da obra de Simonsen, tais como a formação do brasileiro a partir das três raças,

a incompatibilidade das instituições políticas e econômicas importadas diante do atraso das raças no Brasil, o canibalismo dos índios e sua mentalidade primitiva, sua fragilidade física para o trabalho sedentário, ou ainda, o sacrifício, tão grande como dos negros e índios, ao qual os brancos foram submetidos no processo de colonização.

Entretanto, há dois momentos em sua obra francamente caudatária do pensamento racial brasileiro. Um primeiro momento diz respeito à hierarquização entre superior e inferior como medida dos resultados econômicos. Transcrevemos as palavras de Simonsen em *História Econômica do Brasil* por julgarmos exemplar:

A lei do menor esforço, observa George Scelle, sempre atuou na produção econômica. No domínio social, ela se traduziu no aproveitamento de uma superioridade física, moral ou legal para a apropriação, com um mínimo de esforço, de máxima utilização do trabalho alheio.

Resultou de sua influência que a parte mais penosa do trabalho foi transferida para aqueles que a natureza ou a organização social colocou em estado de inferioridade. E a remuneração seria tanto mais fraca quanto mais acentuada essa inferioridade... (Simonsen, 1978:140 – grifo nosso).

Como se pode observar a construção de uma ordem social hierarquizada é o resultado de uma superioridade física, moral e legal que permite a expropriação do trabalho alheio por parte dos que são levados a cumprir uma lei econômica do *menor esforço*. Esta divisão da sociedade, fruto de fatores endógenos no *domínio social*, transfere o trabalho mais penoso para os que, por *natureza* ou pela *organização social*, foram condenados à inferioridade social, cultural, biológica e jurídica. Refere-se ao trabalho escravo e ao trabalho na Europa, no mesmo período, e é possível, pela análise de seu conteúdo, ser o exemplo estendido aos trabalhadores modernos. Assim sendo, Simonsen promove um corte no interior da sociedade colonial, nomeando aqueles que labutavam nas fazendas e garimpos como seres inferiores. Como a mão-de-obra era essencialmente negra, esta nomenclatura passa a incorporar fortes elementos constitutivos do discurso racial brasileiro.

Mas o momento mais significativo para representar a existência no discurso de Simonsen de noções do pensamento racial brasileiro é quan-

do afirma não existir ódio racial no Brasil. Deste modo, Simonsen acreditava que o governo provisório de 1889 errou quando mandou queimar os arquivos relativos à escravidão, uma vez que fomos “dos mais brancos na sua utilização” (Simonsen, 1978: 143). Outro fato que não justifica esta medida do governo é a existência do “entrelaçamento de classe que entre nós se verifica” (Idem, *ibidem*).

Depois destes dois exemplos, fica difícil afirmar que haveria um “silêncio” das questões raciais na obra de Simonsen. A nossa hipótese é que podemos identificar em seu discurso aquilo que A. Goodman identificou em outro contexto como a “esquizofrenia do conhecimento” (Santos, 1998:132), ou seja, ainda que não central em seu pensamento, Simonsen, caudatário das teorias raciais do ambiente intelectual em que viveu, repete premissas vinculadas a essas teorias sem maiores preocupações de sistematização.

Alguns acontecimentos intelectuais e sociais colaboram para esta hipótese. Entre eles as críticas às teorias raciais promovidas por Alberto Torres e Manoel Bonfim e a separação entre raça e cultura realizada por Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre.

2 - POPULAÇÃO COMO FATOR ECONÔMICO

Skidmore assinala que os intelectuais na década de 1920 se sentiam mais livres para promoverem uma crítica nacionalista ao sistema republicano. Esta crítica estendia-se aos modelos de pensar o país e neste sentido atingia a “presunção há tanto tempo dominante de que a raça era o dado mais importante no desenvolvimento histórico” (Skidmore, 1989:195). Esta crítica rejeitava o “determinismo do pensamento racista”, sustentado pelas teorias do darwinismo social. Um exemplo significativo de que a raça já não era tida como tão evidente para se entender o país pode ser verificado nas palavras de José Maria Belo:

Alegamos questões de raça, de clima e de momento histórico para justificar nossa fraqueza. Todas essas frases pomposas de uma filosofia mal assimilada passaram, felizmente, da moda. Nem a raça, nem o clima, têm influência decisiva no desenvolvimento de um país. Em condições normais de saúde e de instrução, valemos tanto quanto qualquer outro povo. (apud Skidmore, 1989:188).

Assim, nos anos da guerra, o debate brasileiro sofreu uma ligeira mudança. Passa de uma discussão acerca de raça para uma referente à “mobilização de recursos”. A idéia de nação passa a ser vinculada à “capacidade de criar e mobilizar um sentimento de intenção nacional” (Idem, 199).

Por outro lado, havia o problema da “pífia matéria-prima racial” para mobilizar esta “intenção nacional”. O homem do interior era identificado com “uma gente miserável, pobre, iletrada, subnutrida e roída de doença” (Idem, *ibidem*). Nas palavras de Monteiro Lobato, reproduzidas pelo historiador americano: “... meu caro Tatu... tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte...” (apud-Skidmore, 1989:309).

Havia uma impressão generalizada que o Brasil possuía um território, mas não um povo. Nas palavras de Gilberto Amado: “Povo propriamente não o temos... a população do Brasil politicamente não tem existência” (Amado 1919). Segundo Ianni, ainda hoje, passados anos deste momento, “ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada” (Ianni, 1996:97).

Muitas dessas imagens estarão presentes no discurso de Simonsen. Assim, nosso autor acreditava, em 1933 por ocasião da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), que o povo andava “mais ou menos às tontas e vacilante” (Simonsen, 1933:6), necessitando para guiá-lo de uma “mola central”, composta de uma elite que lhe ensinasse os “passos firmes e seguros”.

Outra imagem corrente nos textos de Simonsen era a da dispersão populacional em meio a um imenso território, o que em muito dificultava a unidade populacional para a formação de um mercado interno para a indústria. Dessa forma, as populações do nordeste são apresentadas com uma “profunda diferenciação do nível de vida e, portanto, da cultura” (Simonsen, 1973:397), das existentes em centros mais industrializados como São Paulo. Simonsen utiliza-se do conceito “centrifugismo demográfico”, cunhado por Oliveira Viana para explicar a “involução do crescimento” populacional do nordeste no período de 1872 a 1920. A seca e a imigração explicam a pauperismo das populações do nordeste e seu flagelo cultural.

As populações flageladas pela seca encaminharam-se para São Paulo, por via ferroviária, em sua maioria, e estipendiadas pelo governo do Estado...subalimentadas e em más condições de trabalho produtivo imediato. (Simonsen, 1973, 406-7).

A imagem depreciada da população nordestina é reforçada por Simonsen ao atribuí-lhe a falta de "ambição de progresso" e inaptidão ao trabalho organizado. Após a descrição destas imagens, gostaríamos de levantar três questões para finalizarmos este tópico. A primeira é sobre as origens intelectuais que alimentavam a construção das opiniões relacionadas às populações que compunham o povo brasileiro. Autores como Monteiro Lobato, Euclides da Cunha e Oliveira Viana informavam, ao nosso ver, muitas das perspectivas e visões nutridas por Simonsen a respeito da população brasileira. A apatia ao progresso lembra o Jeca doente de Monteiro Lobato. O isolamento das populações é opinião compartilhada por Oliveira Viana, enquanto o homem do nordeste, submetido às intempéries de um clima inóspito, faz-nos lembrar de Euclides da Cunha. Aliás, estes dois últimos autores citados freqüentam constantemente os textos de Simonsen.

A segunda questão é a hipótese central deste item. Ao nosso ver, há um deslocamento terminológico no interior no discurso de Simonsen. Este passa a se utilizar, no decorrer da constituição de sua obra, cada vez menos o termo *raça*, substituindo-o por *população*. O deslocamento é explicado por duas razões. A primeira delas foi aventada mais acima quando descrevemos a perda de importância do conceito de *raça* no interior do pensamento social brasileiro. Para este fenômeno concorreu a Primeira Guerra e as críticas de Manoel Bonfim e Alberto Torres ao darwinismo social. A segunda razão conecta-se a um acontecimento mais geral, ligado ao desenvolvimento da antropologia. Intelectuais como Manoel Bonfim e Capistrano de Abreu refletiam em suas obras um diálogo com as mudanças no pensamento antropológico americano e europeu, que iam abandonando o conceito de *raça* em favor do de *cultura*. É bom lembrar que Simonsen faz farta citação de Capistrano em sua *História Econômica do Brasil*.

Por outro lado, se o campo da antropologia sofreu uma transição de *raça* para *cultura*, na antropologia física esta transposição temática

deu-se entre *raça e população* (Santos, 1998:125). No contexto mundial, e não só no Brasil, *raça* passa a ser identificada, na linguagem de geneticistas e antropólogos, como “distribuição espacial, isolamento reprodutivo e frequência de genes em nível populacional. Traços morfológicos externos, que no passado constituem o centro das classificações raciais” (Idem, *ibidem*) não são mais mencionados. Na obra de Simonsen também ocorre esta transição, sem, entretanto operar o abandono completo das implicações raciais presentes no pensamento racial brasileiro. Além do mais, a utilização do termo *população* vincula-se em sua obra, não a fatores genéticos, mas a razões de ordem geo-econômicas. Este fato é fundamental para entendermos a política de imigração planejada que Simonsen defendia.

Por fim, a última questão liga-se à persistência da utilização de idéias do pensamento racial no discurso de Simonsen. No mesmo texto em que fala do isolamento da população nordestina e explica sua falta de vontade para o progresso, além dos fatores geográficos e climáticos para explicar este *fato*, Simonsen utiliza-se de teorias raciais para justificá-lo. Assim para ele,

... nessas zonas, as populações resultantes do cruzamento dos primeiros colonos com os habitantes autóctones, ou com os africanos, são profundamente apegadas às localidades onde vivem, e emigram muito mais estimulados por cruéis crises econômicas do que por ambição de melhoria do seu padrão de vida. (Simonsen, 1973: 418).

3 - ESCRAVO COMO FATOR DE PRODUÇÃO

No capítulo XV, tópico intitulado *População*, de *História econômica do Brasil*, Simonsen afirma que ao apreciar os primeiros tempos do Brasil independente, deveríamos “acentuar as inter-relações econômico-sociais que aí se poderiam observar, fixando *o valor do nosso homem, como fator de produção*” (Simonsen, 1978:449 - grifo nosso). Não será outro o objetivo explícito do livro, senão mostrar “os fatores econômicos” que contribuíram para a formação do “Brasil-Nação”. Por todo corpo de sua obra, podemos observar Simonsen debatendo-se contra o baixo pa-

drão de vida da população brasileira e combatendo incisivamente em prol da elevação destas condições, necessárias à formação de um mercado interno, base para o desenvolvimento da indústria nacional.

A utilização da mão-de-obra escrava no processo de colonização também é entendida a partir dos imperativos econômicos que se colocaram aos portugueses. Simonsen argumenta que a precariedade dos transportes não estimulava um movimento de emigração para o país, o que levou aos colonizadores a adoção do *trabalho forçado*. A consideração do escravo como fator de produção fica mais bem explicada quando Simonsen se debruça sobre as razões econômicas que propiciaram a abolição. Em um texto publicado com o título “As conseqüências econômicas da abolição”, o autor faz uma série de cálculos, à época da abolição, comparando o preço dos escravos, o custo de sua manutenção com os custos de um trabalhador livre. Assim, chega à conclusão de que um trabalhador despendia muito menor valor de manutenção do que um escravo (Simonsen, 1943).

Ao tratar o problema da abolição como um problema de ordem econômica e o escravo em sua relação com o capital empregado, Simonsen ao nosso ver considera o escravo como um simples fator de produção. Esta impressão se reafirma ao definir a abolição como sendo um “confisco considerável” do “patrimônio” dos proprietários agrícolas. Sendo o trabalho servil tão importante para um setor fundamental para econômica do país, nosso autor julga que a abolição representou “uma vitória do espírito liberal e dos sentimentos de justiça da nação, sobre seus próprios interesses imediatos”. (Idem, 33).

Mas, tratando-se da escravidão, a questão estaria sendo abordada de forma unilateral se não nos referíssemos ao problema da raça e sua relação com o trabalho e o clima. Neste sentido, o fator racial explica a utilização da mão-de-obra negra no processo de colonização, mais adaptada “às exigências e circunstâncias do meio”, (Idem, 21). O exemplo inverso dos colonos também contempla esta relação entre raça e meio. Assim, o café que era plantado em regiões tropicais dificultava a utilização de colonos europeus. Somente quando a rubiácea migrou para os planaltos paulistas é que o emprego de colonos brancos prosperou. As causas deste fenômeno são explicadas através de uma mistura de condições históricas e climáticas que permitiam uma melhor adaptação

dos colonos de origem européia. Neste caso, o clima temperado do planalto paulista explica a presença européia, enquanto a escravidão negra é justificada por uma condição quase que natural do negro de resistir ao clima adverso nas zonas tropicais.

O que podemos observar na exposição dessas idéias são os resquícios de teorias raciais, em voga na virada do século XIX para o XX, no âmbito do pensamento de Simonsen. Há nessas considerações uma confluência entre determinismo geográfico e racial. Ao nosso ver, reproduz-se aquilo que Guimarães chamou de *naturalização da vida social*, ou seja, a partir de características raciais consideradas como naturais imputa-se uma identidade social a determinado grupo racial ou regional. Na reação às condições climáticas mais adversas, os procedimentos sociais são então naturalizados.

Não obstante, essas considerações não podem ser absolutas. Há no procedimento analítico de Simonsen elementos que nos obrigam a nuançar estas observações, buscando outros ângulos abordados pelo autor. Dessa forma, ao descrever o processo de abolição e suas conseqüências, Simonsen censura a forma como foi realizado, ao não contemplar indenização aos proprietários e sem dispor de uma “prévia decretação de medidas de amparo e proteção à sorte dos recém-libertados” (Idem, 26). Criticando os abolicionistas por terem transformado a abolição em uma panacéia para todos os males do Brasil, reafirmava que a rapidez do processo não permitiu “a constituição de um programa inteligente” que possibilitasse “o amparo e a reeducação do recém-liberto” (Idem, 28). Para ele a libertação da “população escrava” – “mártir pioneira no desbravamento de nossas terras e dos trabalhos preliminares à adaptação” – não foi suficiente para resgatar o abandono na qual foi deixada.

Não foi, porém o que se verificou. A falta absoluta de educação e de preparo da população servil e a *falsa noção de liberdade de que estava imbuída*, fizeram com que se tornassem penosas as suas condições de adaptação ao novo regime... o colono europeu, perfeitamente adaptável às culturas nos planaltos, rechaçou, impiedosamente, o antigo núcleo de escravo, atirando-o quer à vida das grandes cidades, quer às regiões menos ricas do país, onde passou a desfrutar miseráveis condições de existência. (Simonsen. 1943:32-Grifo nosso)

Esta passagem é significativa para compreendermos a posição de Simonsen sobre a questão do liberto. Por um lado advoga que deveria ter havido um programa que reeducasse os libertos, apontando seu despreparo como um fator de desvantagem na concorrência com o colono europeu. Entretanto, levanta esta questão, para em seguida desqualificar os ex-escravos como incapazes de conviver com sua liberdade. Em nenhum momento se pergunta das reais razões que levaram os recém-libertos a se atirarem em direção às cidades. O máximo que se aventa é uma explicação que desqualifica o ex-escravo ao exercício da liberdade ao atribuir-lhe uma *falsa noção de liberdade*. Esta assertiva reforça a nossa visão segundo a qual, Simonsen, quando fala em melhoria dos padrões de vida da população brasileira, não tem em seus horizontes uma preocupação com o exercício da cidadania, sendo este limite expresso pelo total silêncio em sua obra de questões como o exercício de plenos direitos políticos por parte da população, que julga ser necessário ter seus padrões de vida elevados.

4 - O COMPONENTE RACIAL E A PLANIFICAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

Em 1881, o escritor Luís Joaquim de Oliveira Castro, publicou em Paris um livro “descrevendo a grande necessidade que tinha o Brasil de engenheiros, maquinistas e homens de negócios” (Skidmore, 1989:146). Já os fazendeiros queriam imigrantes que pudessem trabalhar nos campos. Em 1919, pelas páginas do *Times*, Simonsen clamava pela necessidade de técnicos para o país, identificados no artigo como engenheiros. Já na década de 1930, Simonsen apontava uma “pronunciada falta de braços” para a lavoura no Estado de São Paulo. Estes exemplos demonstram que durante décadas as elites brasileiras debateram-se com o problema de mão-de-obra, fosse ela destinada às atividades pouco especializadas ou que exigiam um preparo técnico mais apurado.

Na solução deste problema, não faltou, nas palavras de Seyferth, *um cálculo racial* (Ramos, 1998:60). Ramos nos lembra que durante o período republicano criou-se a representação de um tipo de *imigrante ideal* que se contrapunha ao *imigrante indesejável* (Idem, *ibidem*).

Segundo Seyferth, durante o Império esta preocupação era encarada como uma estratégia de ocupação do território e a imigração como um “imperativo às forças produtivas do país”, portanto, *instrumento de civilização*. No período republicano a nação precisava “ter uma raça e uma civilização”. O debate então, concentrava-se na criação de um *tipo nacional*, na *desnacionalização* e no *equilíbrio racial* (Seyferth, 1998).

Estas questões não passaram despercebidas por Simonsen. Assim discorrendo sobre a política imigratória de D. João VI, assevera que esta tinha como objetivo “povoar o país, inoculando-lhe sangue europeu e idéias européias, como também preparar a abolição da escravatura”, (Simonsen, 1978:417). Por sua vez, o tema da assimilação dos estrangeiros ao *elemento nacional* aparece em um de seus trabalhos intitulado *Recursos econômicos e movimentos das populações*, tese apresentada no 8º Congresso Científico Americano, em maio de 1940 na cidade de Washington. Nele, Simonsen constatava a existência, no sul do país, de grupos de imigração estrangeira já absorvidos pelo *elemento nacional* e alguns outros núcleos que não haviam sido *inteiramente absorvidos* (Idem, 391).

O componente racial aparece também na escolha o tipo de imigrante que se adapta ao trabalho organizado ou ao clima das regiões economicamente importantes. O debate do final do século XIX passava pela adaptação do imigrante ao clima ou à cultura do país. Imigrantes como japoneses e alemães provocavam fortes suspeitas em intelectuais e fazendeiros que os achavam de difícil integração ao país. Outros como portugueses e italianos tinham uma melhor aceitação. Esta questão tinha seu contraponto na idéia de que o negro era incompatível ao trabalho organizado. Esta visão estendia-se, na obra de Simonsen, aos trabalhadores nordestinos, que segundo ele, eram o resultado dos cruzamentos intensos verificados desde o início da colonização. Portanto, para o autor, o café exigia um trabalho regular e disciplinado afeito ao colono europeu. Quanto aos trabalhadores nordestinos, não se adaptavam a esse tipo de cultura, pois estariam “habitados a trabalho menos disciplinado” (Idem, 406).

Simonsen se debruçou em algumas oportunidades sobre o problema da imigração. Em 1933, quando da fundação da ELSP, apontava que em alguns povos a criminalidade e a sua *fisionomia moral* eram resul-

tados de uma *imigração sem controle* e sem preocupações como os *postulados da eugenia*. Assim, irá propor em 1940 as *migrações planificadas*. Simonsen entendia este termo como um *grande plano colonizador*, destinado a promover as “migrações internas, cientificamente organizadas, completadas por imigrações de elementos estrangeiros selecionados” (Simonsen, 1973: 418). O exemplo onde ia buscar inspiração para este plano era o das empresas de colonização existentes no Estado de São Paulo: “... colono cientificamente orientado sobre os processos de cultura e emprego de suas atividades e devidamente apoiado em modernos aparelhamentos econômicos”. (Idem, *ibidem*) Tamanho plano só poderia vingar com a ajuda da ciência e da técnica:

... os cuidados da técnica e da ciência, para que as populações, assim localizadas pelo interesse nacional, gozem de padrão de vida condizente com a dignidade humana. (Simonsen, 1973:419).

Esta última observação é bastante sintomática para ajudar-nos a entender seu projeto de industrialização. Com a migração bem planejada e tendo em seu escopo a elevação do padrão de vida do imigrado, ter-se-ia a constituição de mais um fator que contribuiria para o alargamento do mercado interno, base privilegiada por Simonsen para o crescimento industrial do país. Em suma, temos então: migração e imigração patrocinada pela ciência e técnica modernas impulsionando o padrão de vida necessário ao desenvolvimento da indústria no país. Quanto à seleção de imigração estrangeira passamos a analisá-la a partir da necessidade de *Técnicos para o Brasil*.

A defesa de técnicos para o Brasil começa a freqüentar os textos de Simonsen em 1919. Neste ano, em missão oficial brasileira à Inglaterra, publica no *Times* de Londres um artigo, em conjunto com M. T. Carvalho de Brito, cujo título era *Técnicos para o Brasil*. Na ocasião, teve oportunidade de lembrar a necessidade que havia no país “de técnicos, perfeitos conhecedores dos processos e métodos comerciais ingleses e dos meios mais eficientes de utilização dos aparelhamentos e máquinas britânicas”, (Simonsen, 1932:89), que se pretendia introduzir no mercado brasileiro. Em *História Econômica do Brasil* apontava o quanto foi importante para “as indústrias de fundição de armas e outros

engenhos de guerra” mandar vir de Portugal “numerosos trabalhadores especializados”.(Simonsen, 1978:19). Mas, se no primeiro texto técnico identifica-se basicamente com engenheiro e no segundo com trabalhadores especializados, convém então perguntarmos o que Simonsen entendia por *técnicos*, uma vez que se tratava de um tema bastante corrente em seus escritos. Em um discurso proferido a 07 de setembro de 1940, na inauguração da 1ª feira nacional de indústrias realizada em São Paulo, definia assim o que vinham a ser técnicos: “Faltam-nos indústrias basilares essenciais, falta-nos um mais numeroso corpo de técnicos, desde o modesto artífice até o engenheiro industrial”.(Simonsen, 1943: 176).

Assim, técnico, que tanto clamava para a indústria, significava uma ampla gama de atividades técnicas que contemplavam funções que iam de trabalhador especializado a engenheiros. O problema da falta desses profissionais é bastante agravado pelas dificuldades criadas durante a década de 1940, pelo governo de Getúlio Vargas, à imigração de operários especializados. Nas resoluções do Congresso Brasileiro da Indústria realizado em dezembro de 1944, há uma série de resoluções destinadas a ampliar a formação profissional e à ampliação do ensino de engenharia no Brasil. É neste contexto que se deve compreender os esforços de Simonsen e dos empresários para a criação do SENAI.

5 - A PAZ SOCIAL: A METAMORFOSE DO TRABALHADOR E OPERÁRIO (FELIZ) EM CONSTRUÇÃO

Na história da sociedade brasileira a questão social sempre possuiu um papel de importância crucial em seu desenvolvimento histórico. Durante a República, ela aparece como “elo básico da problemática nacional”.(Ianni, 1996:87). Em várias ocasiões ela determina os impasses políticos e alimenta as formas de movimentação social de nossa sociedade. Assim, devido a sua importância, a questão social não poderia ter sido esquecida nas reflexões de Simonsen. Ela aparece em sua defesa da organização científica do trabalho, no seu posicionamento frente à legislação trabalhista, ou ainda, na defesa de um salário mínimo baseado em critérios científicos.

No interior da questão social, o problema central para Simonsen era os trabalhadores da indústria. Isso se dava devido ao lugar de onde Simonsen falava. Para Ianni, Simonsen via a história do país a partir da “perspectiva da matriz que se estava criando em São Paulo” (Ianni, 1996:43), Por isto mesmo, estaria mais atento à “questão social”. A sua perspectiva da questão estaria ligada à “ótica da harmonização entre o trabalho e o capital” e a *paz social*.

Simonsen não se recusava a enxergar os conflitos entre o capital e o trabalho. Em várias oportunidades imputa a eles a responsabilidade pelo advento da primeira guerra mundial. Sua estratégia era apresentar a luta de classes como algo pertinente aos países mais adiantados, enquanto no Brasil sua presença era vista como algo artificial, motivada pela má compreensão das reais leis que governavam a produção.

Simonsen buscava a construção de um discurso orgânico capaz de enfrentar, no campo ideológico, os conflitos oriundos do mundo do trabalho e ao mesmo tempo servir de caução para suas propostas de organização científica do trabalho. Utilizando-se do contexto de uma epidemia de gripe que se abateu sobre a cidade de Santos em 1918, Simonsen não perde a oportunidade de pregar a solidariedade entre patrões e empregados. Em um discurso pronunciado em dezembro de 1918, por ocasião do término da epidemia, ele irá se reportar à morte como a *grande niveladora social*, defendendo, em seguida, que a *comunidade de sofrimentos* aproximava empregadores e empregados em uma *cooperação voluntária*. A atuação conjunta na epidemia tornava-se um ato pedagógico, por fazer ver ao operário o quanto à “ação comum inspirada num espírito de solidariedade” (Simonsen, 1919:10), poderia resultar positiva:

... agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuímos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classes, as organizações artificiais, os entraves à verdadeira noção de liberdade... (Simonsen, 1919:10 – grifo nosso).

Diante desse novo sujeito social que se explicitava no processo de industrialização e urbanização, Simonsen reconhecia a importância social e econômica da classe operária nascente, mas em um movimento inverso buscava escamotear seu potencial político, através do argumento da artificialidade de suas organizações.

Em um outro contexto, Simonsen volta à carga contra a desarmonia social e prega a paz social. Falando às *classes produtoras* de São Paulo, no ano de 1940 e na presença de Getúlio Vargas, depois de elogiar a legislação social do Estado Novo, Simonsen argumentava ser esta uma medida salutar para a ordem social. Mais uma vez, remetia a luta de classes para os países *supercapitalizados*:

De fato, essa legislação propicia a emulação do progresso material do país, sem os temores de que aqui se reproduzam as grandes desarmonias verificadas nos países supercapitalizados, com as conseqüentes desordens sociais ali observadas, e que agora se procuram atenuar, em precárias condições, com a decretação de medidas corredoras, tardiamente adotadas. (Simonsen, 1943:115 – Grifo nosso).

Para além da retórica oficial presente em suas palavras, é bom lembrar que Simonsen não falava por si só. Representante que era da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, seus termos apresentavam-se como expressão das classes empresariais paulistas. Estas sempre buscaram uma forma de intervir no âmbito da legislação trabalhista brasileira desde o início de sua implantação nos anos 30. Nesse momento específico, Simonsen ressaltava as contribuições dos empresários ao aperfeiçoamento da legislação social, através de diversas propostas apresentadas ao longo dos anos ao governo federal.

Nos anos 30, o debate racial sofre uma profunda alteração de enfoque. Os motivos dessa contrafação são vários, mas ressaltemos dois para melhor exemplificar nossa afirmação. Em primeiro, o surgimento das teses da democracia racial, enquanto o segundo pode ser identificado nas reflexões sobre a sociedade de classes. De um modo geral pode-se dizer que várias correntes de intelectuais buscavam pensar o que vinha a ser o brasileiro. Enquanto umas pensavam sobre a necessidade da formação de um povo para constituição da nação, outras defendiam a fragilidade organizacional deste mesmo povo, o que terminava por desembocar em propostas que pregavam a organização de um Estado centralizado para realizar o ideal da unidade nacional. O que estava em jogo era fundamentalmente “a metamorfose da população em povo”. (Ianni, 1996:130).

Os caminhos variavam: uns queriam a transformação da população em trabalhadores “sem luxúria nem preguiça” (Idem, *ibidem*). Outros em cidadãos. A nossa tese central, neste artigo, é que no debate sobre esta metamorfose, Simonsen também visava à transformação da população em trabalhadores, mas um tipo de trabalhador despolitizado e ao mesmo tempo organizado por critérios científicos. Este tipo novo de trabalhador seria uma resposta ao trabalhador organizado em “feição de guerra de classes”.

6 - OBREIRO FELIZ E ORGANIZADO

O ano de 1917 foi marcado por um acontecimento capital para o desenvolvimento da questão social. Na cidade de São Paulo e em algumas cidades do interior paulista explode a greve geral. Nenhum movimento durante o conhecido período chamado de República Velha teve a extensão e intensidade desta greve. Sobre ela, a historiografia brasileira recente produziu uma série de trabalhos monográficos buscando entender suas razões e conseqüências. Um dos desdobramentos de 1917 é que o poder exercido no interior do mundo fabril pelo patronato tinha sido colocado em cheque. A greve colocava em cheque as técnicas de controle e disciplina tradicionais. Era necessário erigir novas estratégias de controle que não fosse a simples repressão dos regulamentos internos das fábricas.

Por sua vez, o setor da construção civil em Santos era considerado, no período, um dos mais bem organizados e onde o problema do controle do processo produtivo era questão em aberto. Ora, era justamente neste setor que Simonsen tinha uma de suas principais atuações como empresário. Foi a partir de 1918, ou seja, após os acontecimentos de 1917, que o tema da organização científica do trabalho entra em pauta em seus discursos. Para analisarmos esta questão, um texto publicado em 1919 e intitulado *O trabalho moderno é fundamental*, pois nele acham-se contidas não apenas as justificativas ideológicas para a utilização da organização científica do trabalho, como a descrição das medidas efetivas aplicadas nas empresas de Simonsen. Dois discursos podem ser destacados desse trabalho. O primeiro pronunciado em 1918 em agra-

decimento a amigos por uma homenagem. Nele o autor identificava o final da guerra como o início de uma outra luta, a *luta econômica*, que só poderia ser vencida pelas “empresas bem organizadas”. Para que isto fosse possível, era necessário o incremento da organização científica do trabalho, preparando a empresa para a concorrência através da unidade no interior fabril. O objetivo deste tipo de organização era originar “a máxima economia na produção pela realização da máxima eficiência” (Simonsen, 1919:11).

Na moderna organização do trabalho, a antiga disciplina, à militar – que só se impunha pelo rigorismo de feitos carrancudos – é substituída pela disciplina inteligente e consciente – oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza do seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços (Simonsen, 1919:11- grifo nosso).

Há nesta passagem uma dupla finalidade: a) defender uma nova forma de disciplina nas fábricas, uma disciplina *mais sutil* e b) aumentar a produção. A *disciplina inteligente e consciente* proposta, não dava margem à autonomia ao pensar e fazer operário, uma vez que todas as tarefas e suas formas de execução deveriam ser planejadas por *grupos de moços de sólido preparo*. Há um corte profundo entre concepção da produção e execução.

A exigência da formulação de novas estratégias de controle e disciplina fabril assentava-se no ideal da construção de um novo tipo de trabalhador. Um trabalhador disciplinado e desligado das contendas sindicais e políticas. Um trecho de seu discurso expressa de forma cabal este desejo:

A esfera de nossa ação se distenderá, lucrando até o meio em que vivemos pelos benéficos reflexos que emanarão do grande núcleo de obreiros felizes e organizados que saberemos construir (Simonsen, 1919:12 – grifo nosso).

Simonsen tem claro o profundo significado das mudanças que propõe. Ao expressar este ideal de construção de um novo operário, não poderia fazê-lo sem explicitar as estratégias que compunham o arsenal destinado a realizá-lo.

No texto *Pela administração científica*, incluído em *O trabalho moderno*, Simonsen expunha a forma de organização departamental de suas empresas e os tipos de remunerações. Este último tema é introduzido na discussão a partir da tentativa de despolitizá-lo, transformando-o em um assunto das ciências econômicas. Admitia que os industriais deveriam considerar a nova força que era o proletariado e dar o tratamento à questão dos salários um caráter científico:

... proporcionar, com desassombro, a justa remuneração ao trabalho, se não quiseram assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas (Simonsen, 1919:37).

Acreditava, assim, que estaria evitando que às relações entre patrões e empregados não tomassem a *feição de guerra de classes*. Criticando os velhos empresários dos países industrializados por tratarem seus operários como *massa única*, Simonsen propõe a individualização das competências. Ao proceder assim falseia as reais dimensões disciplinares da individualização. Em nome da humanização dos operários, ao tratá-los individualmente, não se acreditava que neste ato o que estava a impor era a ação técnica de um poder que visa disciplinar os mais íntimos gestos do operário na produção. Ao contrário, a individualização era defendida como uma forma de *incorporação do operário na sociedade, através das leis econômicas, uma vez que este foi afastado por erros econômicos* desta mesma sociedade.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se acreditarmos que todo processo é contraditório, então resta-nos tratar de um outro aspecto contido nas propostas de racionalização das relações de trabalho que Simonsen defendia. Não podemos deixar de observar que o processo de urbanização e industrialização por que passou São Paulo e o Brasil, tendia a deixar para trás uma sociedade que foi durante séculos marcada pela escravidão. Surgia uma sociedade em que os cortes se davam em torno das classes sociais em formação. Nes-

sa sociedade, o desenvolvimento industrial exigia que as relações de produção predominantes fossem *formalizadas e institucionalizadas* (Ianni, 1996). Neste sentido podemos considerar Simonsen um moderno, na medida em que desejava que as relações de trabalho, também as existentes no interior do Estado, fossem regidas por mecanismos *racionais e impessoais* da organização científica. Assim, mesmo que este moderno tivesse algo de conservador, não podemos deixar de perceber que a formalização das relações sociais e do trabalho era uma consequência “inevitável” do processo de urbanização que o país vivenciava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Gilberto. *Grão de areia*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos – editor, 1919.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

IANNI, Octávio. *Aidéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20 In. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

SANTOS, Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em Antropologia Físicas no século XX. In. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

SIMONSEN, Roberto. *O trabalho moderno*. São Paulo: Secção de obras do “estado”, 1919.

_____. *Ensaio sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.

_____. *Evolução industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da USP, 1973.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da USP, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.